

## COMUNICAÇÃO DA INFORMAÇÃO JURÍDICA: produtos da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal

Monica Fischer<sup>1</sup>

Lílian Januzzi Vilas Boas<sup>2</sup>

A Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, do Supremo Tribunal Federal tem por premissa a busca pela melhoria contínua na prestação de seus serviços e a disponibilização de seus produtos, sempre procurando atender com qualidade e celeridade seus usuários. Assim, a oferta de produtos considera as necessidades de informação do Tribunal, mas esses produtos têm repercussão na sociedade, que tem acesso a eles de forma equivalente. A Biblioteca oferece 13 produtos e/ou bancos de dados atualizados, cujos conteúdos são constantemente monitorados, com o objetivo de torná-los cada vez mais acessíveis. Para o presente artigo foram selecionados cinco, cujo impacto tem sido bastante positivo, pelo retorno que apresentam em forma de demanda por acesso aos documentos e por auxiliarem na recuperação de informações que podem ser pertinentes aos processos judiciais: Bibliografia e Jurisprudência Temáticas; Pastas dos Ministros; Biblioteca Digital; Guia de Direito Constitucional e os Regimentos Internos Anteriores.

**Palavras-chave:** Supremo Tribunal Federal (Brasil) – Biblioteca – Produtos e serviços.

## COMMUNICATION OF LEGAL INFORMATION: products of the Library of the Brazilian Federal Supreme Court

The Library Minister Victor Nunes Leal, of the Federal Supreme Court, has as its premise the search for continuous improvement in the provision of its services and the availability of its products, always seeking to meet its users with quality and speed. Thus, the supply of products takes into account the information needs of the Court, as these products have repercussions on society, which has access to them in an equivalent way. The Library offers 13 updated products and/or databases, whose contents are constantly monitored, in order to make them more and more accessible. Five products have been selected for this article, the impact of which has been very positive, due to their return in the form of a demand for access to documents and to assist in the retrieval of information that may be pertinent to legal proceedings: Thematic

---

<sup>1</sup> Mônica Fischer é bibliotecária do STF e chefe da Seção de Biblioteca Digital (monicav@stf.jus.br).

<sup>2</sup> Lílian Januzzi Vilas Boas é bibliotecária do STF e Coordenadora de Biblioteca (lilianj@stf.jus.br).

Bibliography and Jurisprudence; Folders of the Ministers; Digital library; Guide to Constitutional Law and the Previous Internal Regulations.

**Keywords:** Federal Supreme Court (Brazil) – Library – Product and service.

## COMUNICACIÓN DE INFORMACIÓN JURÍDICA: productos de la Biblioteca del Tribunal Supremo Federal (Brasil)

La Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, del Supremo Tribunal Federal tiene por premisa la búsqueda por la mejora continua en la prestación de sus servicios y la disponibilidad de sus productos, siempre buscando atender con calidad y celeridad a sus usuarios. Así, la oferta de productos considera las necesidades de información del Tribunal, pero estos productos tienen repercusión en la sociedad, que tienen acceso a ellos de forma equivalente. La Biblioteca ofrece 13 productos y/o bases de datos actualizados, cuyos contenidos son constantemente monitoreados, con el objetivo de hacerlos cada vez más accesibles. Para el presente artículo se seleccionaron cinco, cuyo impacto ha sido bastante positivo, por el retorno que presentan en forma de demanda por acceso a los documentos y por ayudar en recuperación de informaciones que pueden ser pertinentes a los procesos judiciales: Bibliografía y Jurisprudencia Temáticas; Carpetas de los Ministros; Biblioteca Digital; Guía de Derecho Constitucional y los Reglamentos Internos Anteriores.

**Palabra-claves:** Supremo Tribunal Federal (Brasil) – biblioteca – producto y servicios.

### 1 INTRODUÇÃO

O avanço das tecnologias de informação e o crescimento da internet mudaram o perfil dos usuários tornando-os mais ágeis, independentes e exigentes. Segundo Ferreira (2010, p. 1):

[...] As novas tecnologias, as infovias, a globalização, o acesso à informação sem fronteiras e à produção reconceituada como conhecimento exigem um novo comportamento centrado na competitividade/cooperação, na qualidade e no aprendizado. Esse novo comportamento repousa sobre a informação, fator básico do "setor conhecimento" da economia. Nesse contexto, os centros de documentação e informação, arquivos e bibliotecas são componentes econômicos essenciais.

Nesse novo contexto, as bibliotecas devem atuar na criação, organização e disseminação da informação agregando, a ela, o valor necessário. Elas devem

incorporar novos conceitos e novas práticas como estratégia para sobreviver às constantes mudanças advindas das tecnologias da informação e da comunicação.

No ambiente das bibliotecas jurídicas não é diferente. Os usuários demandam pesquisas e produtos cada vez mais específicos e relevantes ao trabalho que desenvolvem. Além disso, com a crescente informatização do Poder Judiciário o universo digital para atender à demanda desse perfil de usuário está em crescente expansão. Diante disso, diversas medidas estão sendo adotadas pelo Judiciário, tais como o estabelecimento de padrões de comunicação entre sistemas, o aperfeiçoamento do processo eletrônico judicial e a definição da política de segurança da informação.

Para o Supremo Tribunal Federal (STF) ficaram estabelecidas 21 metas para o biênio 2008–2010<sup>3</sup>. Dentre elas as metas 6 e 7 tratam diretamente de aspectos relacionados ao uso da tecnologia da informação para melhorar a prestação jurisdicional e, as demais, possuem algum viés com a questão da informatização e melhoria na estrutura de tecnologia da informação.

Diante desse cenário de modernização do STF, a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal está mudando a forma de prestar seus serviços e disponibilizar seus produtos. As necessidades dos usuários também mudaram e eles estão mais adaptados às novas tecnologias. Esse fato fez com que o uso de novas ferramentas de pesquisa ampliasse as possibilidades de comunicação, redundando em oferta de produtos digitais para esse público, pela Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. Esse artigo descreve e apresenta alguns desses produtos disponibilizados pela Biblioteca, cujo desenvolvimento é de responsabilidade da Seção de Biblioteca Digital. São eles: *Bibliografia e Jurisprudência Temáticas*; *Pastas dos Ministros*; *Biblioteca Digital*; *Guia de Direito Constitucional* e os *Regimentos Internos Anteriores*.

Os demais produtos podem ser consultados pela página do STF<sup>4</sup> e compreendem: *Tratados de Extradicação*, *Novas Aquisições*, *Sumários de Periódicos*, *Símbolos da Justiça*, *Referência Bibliográfica*, *Atos Normativos* e *Linha Sucessória*.

<sup>3</sup> Ver maiores detalhes em: [http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfPlanoMetas/anexo/intranetPlanoMeta\\_AP\\_97396.pdf](http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobreStfConhecaStfPlanoMetas/anexo/intranetPlanoMeta_AP_97396.pdf). Acesso em: 14 maio 2010.

<sup>4</sup> Ver em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBiblioteca>. Acesso em: 14 maio 2010.

## 2 OS PRODUTOS DA BIBLIOTECA

Todos os produtos apresentados são de responsabilidade da Seção de Biblioteca Digital (SBID), que conta com a colaboração de outras Seções parceiras e administrados pela Coordenadoria de Biblioteca e supervisionados pela Secretaria de Documentação.

### 2.1 Bibliografia e Jurisprudência Temáticas <sup>5</sup>

Este produto é elaborado sobre assuntos de competência constitucional do STF, de acordo com a demanda de julgamentos e da repercussão social dos temas, constituindo-se de uma parceria da Seção de Biblioteca Digital com a Seção de Pesquisa, no âmbito da Coordenadoria de Biblioteca, e a Coordenadoria de Análise de Jurisprudência do STF.

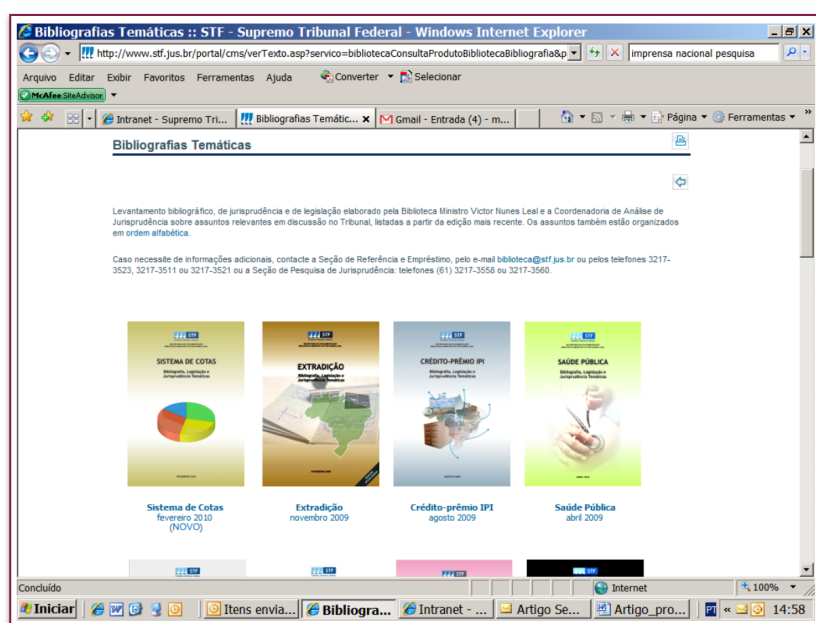


Figura 1 – Página principal da Bibliografia e Jurisprudência Temáticas

A definição do assunto a ser tratado nas bibliografias surge através de diversos indicadores, tais como: a demanda constante por um determinado tema recebido pelas Seções de Pesquisa e de Referência e Empréstimo; o acompanhamento diário das notícias e julgamentos do STF; e, também por demanda específica dos Gabinetes dos Ministros, o que pode implicar a elaboração de uma nova bibliografia ou atualização de

<sup>5</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaBibliografia&pagina=principal>

alguma existente. Uma vez estabelecido o assunto, é iniciada a pesquisa nos bancos de dados dos diversos setores que colaboram com a elaboração da bibliografia.

A Seção de Biblioteca Digital (SBID) é a responsável direta pelo serviço, encaminhando as demandas às Seções que contribuem para esse produto, como a Seção de Pesquisa de Jurisprudência (pertencente à Coordenadoria de Análise de Jurisprudência), para levantamento jurisprudencial, à Seção de Pesquisa (da Coordenadoria de Biblioteca), para levantamento da legislação ou projetos de leis sobre o tema em questão e é responsável pelo levantamento da doutrina jurídica, pela compilação dos dados, pela formatação final e pela divulgação. Em seguida é feita a avaliação do resultado do levantamento, sendo incluídas as referências bibliográficas das obras efetivamente pertinentes, de acordo com a NBR 6023 (referência bibliográfica). A organização das bibliografias se dá por tipo de material apresentados em ordem alfabética de autor e título: livros e capítulos de livros, artigos de revista e artigos de jornais, texto integral, *sites*.

Além da doutrina, legislação e jurisprudência, a Seção de Biblioteca Digital pesquisa também direito comparado no banco de dados *HeinOnline* (acesso restrito na intranet do STF) que possibilita o acesso ao texto integral corrente e à coleção retrospectiva de importantes periódicos jurídicos de língua inglesa, sobretudo dos Estados Unidos. Nem sempre essa pesquisa é realizada, pois há temas como, por exemplo, Extradução ou Crédito-prêmio IPI, em que não existe correspondência da matéria no Direito dos Estados Unidos. Além disso, também é feita pesquisa no Banco de Dados *Scielo* ([www.scielo.br](http://www.scielo.br)) seguindo a mesma orientação. Outros materiais como mapas, textos das audiências públicas, entre outros, também são pesquisados. E, por fim, a SBID pesquisa na internet, buscando informação de *sites* governamentais e institucionais analisando sempre a fonte de informação.

Esse produto tem sido muito bem aceito e pesquisado dentro e fora do STF e, ao longo do tempo, observa-se o crescimento dos pedidos de cópias dos documentos incluídos, fornecidos em conformidade com a legislação de direitos autorais, para usuários residentes nos diversos estados brasileiros.

As Bibliografias são apresentadas aos usuários de duas formas: na página do STF e cópia impressa que fica na Biblioteca e não há política de atualização, que somente ocorre quando há novos julgamentos sobre a mesma questão.

## 2.2 Pastas dos Ministros<sup>6</sup>

Esse produto apresenta levantamento biobibliográfico dos Ministros do STF. O serviço de manutenção das pastas individuais dos Ministros está previsto no Regimento Interno do STF, 1980 (Art. 33, II) e tem como objetivo recuperar, tratar e tornar acessíveis os documentos que sirvam de subsídio à história do Tribunal. A documentação começa a ser coletada a partir da indicação, apreciação pelo Senado Federal e posse para compor a Suprema Corte. Uma vez iniciada, a coleta se mantém indefinidamente, mesmo depois da aposentadoria ou falecimento de ministro. Os dados são atualizados constantemente. Na Pasta do Ministro estão relacionados: indicação, termo de posse, decreto de aposentadoria, além de sua produção intelectual, como livros, artigos de revistas e de jornais, entrevistas, discursos, dentre outros.

Estão disponíveis eletronicamente, em texto integral, os documentos cuja reprodução não infringe norma de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 1998). A descrição das informações segue a NBR 6023 e está organizada em ordem alfabética de nome do autor e de título para o currículo e biografia, livros, artigos de revistas, artigos de jornais e diversos ou em ordem cronológica crescente, nos casos dos dados e datas, discursos, entrevistas e charges.

Há duas formas de apresentação do conteúdo das pastas: eletrônica, disponível na página do STF na internet (<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro>) e física, que ficam acondicionadas em sala específica na Biblioteca. A apresentação dos dados e o conteúdo foram sistematizados e padronizados após estudo e estruturados da seguinte forma (REIS, 2006):

- página inicial: são apresentados os dados do Ministro, tais como: sua foto oficial; nome adotado na Casa; nome completo; data e local de nascimento; indicação presidencial para o STF; nomeação; posse no STF; e, quando houver, data da aposentadoria no STF, indicação de posse na presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e data e local de falecimento. Há *links* para os conteúdos que apresentam texto integral.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=principal>

Em seguida são apresentados os ícones para acesso aos demais conteúdos, organizados conforme as divisões:

- dados e datas: relaciona as informações sobre a indicação, apreciação e/ou aprovação pelo Senado Federal, nomeação e posse como Ministro do STF. Registra também, quando houver, a posse na presidência e vice-presidência do STF, posse na presidência do CNJ e, por fim, a aposentadoria do STF. Todos esses conteúdos são apresentados com *link* para o texto completo, quando permitido pela legislação de direitos autorais. As referências bibliográficas estão listadas em ordem alfabética de autor e título com *link* para o texto integral do artigo;
- currículo e biografia do Ministro publicados em enciclopédias e dicionários biográficos, mensagem da Presidência da República, página do STF, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Procuradoria Geral da República (PGR), da Plataforma Lattes e os encaminhados pelos gabinetes dos Ministros;
- condecorações recebidas pelo Ministro que estão relacionadas na Coleção Numismática do Museu do STF, bem como as existentes em sua biografia;
- discursos proferidos e em homenagem ao Ministro no STF, e TSE ou em qualquer evento técnico ou comemorativo;
- livros, capítulos de livros, folhetos, prefácios, traduções, introduções e relatórios, descritos sob três tópicos: Autoria do Ministro, Participação do Ministro e Sobre o Ministro;
- artigos de revistas agrupados sob três tópicos: Autoria do Ministro, Participação do Ministro ou Sobre o Ministro;
- artigos de jornais de autoria do Ministro;
- manuscritos de autoria do Ministro;
- multimeios: relaciona os itens de áudio e vídeo relacionados ao Ministro;
- acórdãos: apresenta *link* (<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>) para a página de pesquisa de jurisprudência, inteiro teor de acórdãos e acórdãos relevantes disponíveis na página do STF;

- entrevistas concedidas pelo Ministro publicadas em folhetos, revistas ou jornais;
- charges sobre o Ministro publicadas em jornais; e
- diversos: engloba os documentos que não foram apresentados nos itens anteriores, tais como: correspondências recebidas e enviadas, páginas específicas na Internet e curiosidades sobre o Ministro.

A figura 2 mostra a página principal do produto, onde o usuário pode selecionar o Ministro; a figura 3 é um exemplo de uma página pessoal<sup>7</sup> de um determinado Ministro.



Figura 2: Página principal das Pastas dos Ministros / Composição

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=VictorNunesPrincipal>





Figura 3: Página principal da Pasta do Ministro Victor Nunes

As pastas podem ser visualizadas de três maneiras: pela composição atual, pela ordem alfabética e pela ordem de antiguidade dos Ministros. Será confeccionada uma pasta para cada um dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Até abril de 2010 haviam sido confeccionadas 91 pastas, que correspondem a 91 Ministros do STF. As demais 71 estão sendo elaboradas gradativamente seguindo a ordem decrescente de antiguidade. No futuro todos os Ministros que fizeram parte da Suprema Corte terão uma pasta com seu conteúdo.

## 2.3 Biblioteca Digital<sup>8</sup>

É um sistema que disponibiliza o acesso integral a documentos de diversas áreas do STF em diferentes suportes, como livros, fotografias, bustos, peças de museu, processos históricos, entrevistas, áudios e vídeos da TV Justiça e programas da Rádio Justiça, entre outros.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/biblioteca/pesquisarBibliotecaDigital.asp>

O sistema de pesquisa da Biblioteca Digital permite, a partir do mesmo argumento de pesquisa, recuperar simultaneamente, por exemplo, processos da Seção de Arquivo, fotografias e bustos da Seção de Memória Institucional, livros da Biblioteca e páginas da internet. São os chamados “documentos associados” que permitem que o usuário consulte documentos que agregam informação à obra pesquisada e, dessa forma, enriqueça o resultado obtido, uma vez que permite visualizar e conhecer outros documentos digitais do STF e/ou da internet. Estão disponíveis três coleções que são *Obras Completas de Rui Barbosa*, *Obras Raras* e *Domínio Público*, contendo aproximadamente, 300 documentos.



Figura 4: Página principal da Biblioteca Digital

Além da funcionalidade descrita anteriormente, o sistema oferece outras como pesquisa básica e avançada, pesquisa textual, refinamento da pesquisa, cesta de itens (para documentos selecionados a partir do argumento de pesquisa), visualização do documento em três formatos diferentes: PDF permitindo a pesquisa dentro do texto que passou por procedimento de reconhecimento de caractere (documento “ocetizado”), arquivo comprimido e flash (que permite passar as páginas como em livro de papel).

O sistema disponibiliza o manual do usuário e o item “Saiba mais com detalhes das funcionalidades e pesquisas oferecidas pelo Sistema de Biblioteca Digital”.

## 2.4 Guia de Direito Constitucional<sup>9</sup>

Apresenta diversas fontes de informação específicas em Direito Constitucional, alguns dos itens disponíveis em texto integral:

- Constituição Brasileira de 1988;
- Constituição Brasileira de 1988 (áudio);
- Constituições Brasileiras anteriores a 1988;
- Constituição Brasileira em outros idiomas;
- constituições estaduais;
- emendas constitucionais;
- cortes constitucionais internacionais;
- dicionários jurídicos *on-line*;
- periódicos especializados em Direito Constitucional periódicos jurídicos na internet;
- cursos de pós-graduação na área de direito constitucional eventos em direito constitucional;
- listas de DISCUSSÃO sobre direito constitucional páginas especializadas em direito constitucional entidades em direito constitucional.

O Guia é atualizado diariamente nos itens referentes a eventos, dicionários, cursos e, em relação aos demais, semestralmente.



Figura 5: Página principal do Guia de Direito Constitucional

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaGuiaDC&pagina=principal>

## 2.5 Regimentos Internos Anteriores<sup>10</sup>

Desde sua instalação, em 1891, o STF editou quatro regimentos internos, sendo a primeira edição do regimento atual datada de 1980. Os regimentos anteriores, então, foram publicados nos anos 1970, 1940, 1909 e 1891.

Esse item constitui um trabalho de suma importância para o STF, pois o Regimento normatiza a vida do Tribunal, tanto do ponto de vista da administração de seus processos, quanto dos ritos, datas e procedimentos que devem ser seguidos por todos que atuam junto a ele e os níveis de responsabilidade de cada órgão. Inclui o levantamento das alterações do texto regimental com a tramitação das emendas e apresenta o *link* para o texto integral de cada alteração, bem como para o texto original e consolidado possibilitando um resgate da história normativa do Tribunal.

A pesquisa está sendo realizada de forma retrospectiva e abrange até abril de 2010, ressaltando que o regimento de 1970 foi único disponibilizado na página do STF. Os demais estão sendo pesquisados e revisados e serão colocados à disposição do público paulatinamente.

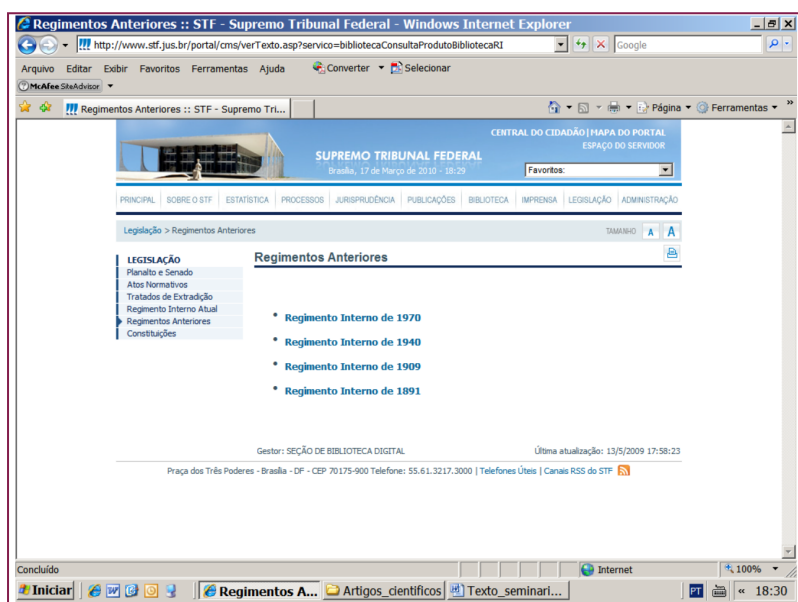


Figura 6: Página principal dos Regimentos Anteriores

<sup>10</sup> <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaRI>

### 3 CONCLUSÃO

As ações de implementação de melhorias, criação de novos produtos e o fornecimento de serviços buscam atender às necessidades e interesses dos diferentes segmentos de usuários atendidos pela Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal, consolidando sua missão de mediar informações confiáveis, pertinentes e de qualidade, de forma ágil com a utilização de modernas práticas e com suporte nas tecnologias de informação.

Essa preocupação com a qualidade e com a melhoria contínua, na Biblioteca, é a premissa que orienta todas as atividades, que incluirão um estudo de usuários, entre outros, o que poderá sinalizar a necessidade de alterações nos produtos oferecidos e na oferta de outros, a partir das demandas identificadas.

Por ser uma biblioteca jurídica e considerando que o trabalho do Tribunal afeta a vida das pessoas de forma individual ou coletiva, a Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal procura disponibilizar aos seus usuários a informação certa em um tempo mínimo de atendimento. Essa preocupação é intrínseca à atualidade da Justiça brasileira que tem por meta ser cada vez mais rápida e com projetos de melhorar a prestação jurisdicional. Para tanto, vale ressaltar que um dos aspectos mais importantes é a interação entre o direito e a tecnologia da informação (BENUCCI, 2004).

Isso pode ser comprovado pelo uso das redes sociais para divulgação de resultados de julgamentos importantes nos tribunais. Desde que aderiram a essas redes, os Tribunais atraíram uma legião de espectadores. Só o Supremo Tribunal Federal conquistou, em pouco mais de três meses (dezembro de 2009 a março de 2010), quase 13 mil seguidores. Além de colocar entrevistas e os julgamentos no YouTube (<http://www.youtube.com/stf>) o Supremo Tribunal Federal usa também o Twitter ([http://twitter.com/stf\\_oficial](http://twitter.com/stf_oficial)) como canal de comunicação. No YouTube há cerca de 1,5 mil vídeos postados. Outro canal é a TV Justiça, única emissora no mundo a ter 24 horas de programação destinada ao universo jurídico. (Rosa, 2010).

Essa tendência de universalização do acesso à informação é seguida pela Coordenadoria de Biblioteca, o que tem levado ao desenvolvimento de novos produtos e serviços voltados a atender à demanda dos usuários como apresentado nesse artigo.

#### 4 REFERÊNCIAS

BENUCCI, Renato Luís. A tecnologia da informação a serviço da agilidade da prestação jurisdicional. **Direito Federal**: revista da AJUFE, v. 21, n. 75/76, p. 505–530, 1º sem. 2004.

FERREIRA, Jose Rincon. **A biblioteca digital**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~is/infousp/rincon/rincon.htm>>. Acesso em: 14 mar. 2010.

ROSA, Arthur. Tribunais superiores conquistam milhares de seguidores no Twitter. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 mar. 2010.

REIS, Luciana Araújo. **Pastas dos ministros do Supremo Tribunal Federal** [manuscrito]: uma proposta de gestão do conhecimento em espaços digitais. 2006. 103 f.

##### Como citar este artigo:

FISCHER, Mônica; VILAS BOAS, Lílian Januzzi. Comunicação da informação jurídica: produtos da Biblioteca do Supremo Tribunal Federal. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2., 2010, Brasília. *Anais...*Brasília: 2010. 1 CD. Republicado em: *Cadernos de Informação Jurídica*, Brasília, v. 6, n. 1, p. 115–128, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.cajur.com.br/>.